



**MPF**  
Ministério Público Federal

Procuradoria  
da República  
em Sergipe

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE  
JORNALISMO**

2018

**INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este CADERNO DE PROVAS contém uma PROVA OBJETIVA, com 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta. Contém, ainda, uma PROVA SUBJETIVA, com 1 (uma) questão dissertativa.
2. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
3. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA e DA FOLHA DE RESPOSTA DEFINITIVA DA PROVA SUBJETIVA.
5. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
6. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

Preenchimento do gabarito

**CORRETO**

01		B	C	D	E	31	A	B	C	D	
02	A		C	D	E	32	A	B	C		E
03	A	B		D	E	33	A	B		D	E
04	A	B	C		E	34	A		C	D	E

**ERRADO**

01	X	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	2	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	●	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E



Procuradoria  
da República  
em Sergipe

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

INSCRIÇÃO	0		1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0		1	2	3						
	0		1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0		1	2	3	4	5	6	7	8	9
	1		2	3	4	5	6	7	8	9	
	0	1		2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2		3	4	5	6	7	8	9
PROVA		1	2	3	4						

Exemplo para o preenchimento  
da inscrição nº0000123

Não é necessário o preenchimento  
deste campo PROVA

## PORTUGUÊS

### Texto para as questões 1, 2 e 3

O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ação civil pública para obrigar o estado de Minas Gerais a repassar ao Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) a quantia de R\$ 11.771.631,26 no prazo de 72 horas. Se a ordem judicial de repasse não for cumprida, pede-se que seja decretado o bloqueio de igual valor em contas bancárias mantidas pelo governo estadual.

As atividades do HC são financiadas com recursos do SUS, do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários (REHUF) e por repasses adicionais do estado de Minas Gerais. De acordo com a administração do hospital, o estado de Minas Gerais não está repassando os recursos devidos à instituição, os quais, em julho de 2018, somavam R\$ 11.771.631,26.

Também segundo informações enviadas ao MPF pela UFU, em alguns programas, como é o caso do custeio da Oncologia, o estado está inadimplente desde 2015, e em outros programas, de que é exemplo o custeio de cirurgias cardiovasculares, a inadimplência vem de fevereiro de 2016.

Nos últimos anos, algumas atividades do hospital chegaram a ser canceladas diante do financiamento insuficiente para sua manutenção e funcionamento, tanto que houve o fechamento de mais de 200 leitos, além do desabastecimento de materiais e medicamentos e suspensão de cirurgias e exames.

#### 1) Da leitura do texto, apreende-se que:

- O Sistema Único de Saúde (SUS) é o principal financiador do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia
- O pagamento dos repasses atrasados possibilitará a reabertura de 200 leitos no hospital
- Desde 2015 o estado de Minas Gerais não faz repasses de recursos ao HC-UFU
- O atraso no repasse de recursos do governo de Minas Gerais para o hospital tem afetado o funcionamento da unidade.
- A partir de fevereiro de 2016, as cirurgias cardiovasculares foram suspensas no hospital por falta de custeio

#### 2) Aponte o item em que a(s) substituição(ões) altera(m) o conteúdo do texto.

- “O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ação civil pública” por “O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública”
- “Se a ordem judicial de repasse não for cumprida, pede-se que seja decretado o bloqueio de igual valor” por “Se a ordem judicial de repasse não for cumprida, pede-se que seja bloqueado igual valor”
- “Nos últimos anos, algumas atividades do hospital chegaram a ser canceladas diante do financiamento insuficiente para sua manutenção e funcionamento” por “Nos últimos anos, algumas atividades do hospital chegaram a ser encerradas diante da falta de recursos para sua manutenção e funcionamento”
- “De acordo com a administração do hospital, o estado de Minas Gerais não está repassando os recursos devidos à instituição” por “De acordo com a administração do hospital, o estado de Minas Gerais deixou de encaminhar os recursos devidos à instituição”
- “as atividades do HC são financiadas com recursos do SUS, do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários (REHUF) e por repasses adicionais do estado de Minas Gerais” por “as atividades do HC são financiadas com recursos do SUS, do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários (REHUF) e por repasses opcionais do estado de Minas Gerais”

#### 3) Aponte o item que contém palavras em consonância com o uso do hífen determinado pelo novo acordo ortográfico, assim como “cardiovasculares”:

- pôr-do-sol e infraestrutura
- couve-flor e anti-séptico
- desumano e pré-natal
- tio-avô e co-existir
- supracitado e contra-regra

#### 4) A concordância verbal e nominal está correta em:

- As empresas que controlam esses programas têm liberdade na emissão de pontos, mas não estão sujeitas a regras aplicáveis a outras instituições que gerenciam ativos financeiros e moedas de menor liquidez.

b) A peça processual está embasada em pareceres técnicos emitidos pelo Imap e no Apoio Pericial da Procuradoria-Geral da República, que atribuiu o dano ambiental observado no rio Araguari às atividades do empreendimento.

c) No texto, os representantes do Ministério Público Federal destacam o valor histórico decorrentes do uso da localidade como centro de tortura, execução e desaparecimento forçado de dissidentes políticos à ditadura militar no Brasil.

d) O ministro Roberto Barroso afirmou que os fatos mencionados pela PGE evidencia a recalcitrância da Coligação “O Povo Feliz de Novo” em cumprir a determinação do TSE.

e) O documento orienta que sejam afixados cartazes informativos didático, em local de fácil e ampla visualização, em todas as agências da capital, com informações para que o cidadão tenha conhecimento dessa possibilidade de serviço e sabia quais procedimentos corretos deve adotar.

---

**5) Em apenas um dos itens a pontuação foi corretamente empregada. Assinale-o.**

a) Em seguida, em 14 de fevereiro de 2014 Deonilson Roldo teve uma terceira reunião com os executivos da Odebrecht.

b) Dois servidores públicos e três empresários foram denunciados pela prática de crimes de peculato, cometidos em organização criminosa.

c) Ao todo, já foram identificados, na denúncia, 34 saques bancários indevidos, que geraram prejuízo de R\$ 5.316.452,03, para a Justiça do Trabalho.

d) O procurador regional eleitoral Victor Carvalho Veggi, lembra que a liberdade religiosa não pode ser invocada para legitimar a prática de atos vedados pela legislação eleitoral.

e) Os laudos periciais ainda concluíram que, foram realizadas medições sem justificativa técnica, e que as planilhas das obras apresentavam sobrepreço.

---

**6) Assinale a opção correta quanto à regência:**

a) A devoção à norma era indispensável àqueles cientistas.

b) Carlos pretende estar presente na cerimônia.

c) Alheio para com o barulho, Marcus permanecia distraído.

d) Todos preferiram a razão do que a loucura.

e) Eles se referiram sobre o outro professor.

**7) Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.**

Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato \_\_\_\_\_ ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, \_\_\_\_\_ moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada \_\_\_\_\_, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

a) lesivo - a - má-fé

b) lezivo - à - má-fé

c) lesivo - à - má-fé

d) lezivo - a - má fé

e) lesivo - à - má fé

---

**8) Conforme explica a secretária-adjunta de Cooperação Internacional do MPF, Denise Abade, \_\_\_\_\_ certa precaução por parte dos Estados europeus, pelo receio de serem responsabilizados junto \_\_\_\_\_ Corte Europeia de Direitos Humanos, caso \_\_\_\_\_ pessoas extraditadas ao Brasil sofram aqui violação de seus direitos fundamentais.**

**Segundo a norma culta da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas com:**

a) a - a - as

b) à - à - as

c) há - a - às

d) há - à - as

e) a - à - às

---

**9) Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.**

Para o MPF, o parágrafo questionado “cria um \_\_\_\_\_ regulamentar que dá respaldo ilegal \_\_\_\_\_ prática abusiva de fornecedores de energia que dificultam ou impossibilitam sua responsabilização por dano na \_\_\_\_\_ elétrica e colocam os consumidores em desvantagem exagerada”.

a) alibi - à - infra-estrutura

b) álibi - à - infraestrutura

c) alibi - a - infraestrutura

d) álibi - a - infraestrutura

e) álibi - à - infra-estrutura

**10) Marque a opção que apresenta palavra grafada incorretamente.**

- a) criação - concessão - paralisação
- b) exceção - pulsão - discussão
- c) rendição - oscilação - fixação
- d) distensão - cessão - excursão
- e) exoneração - admissão - presunção

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**11) Assinale a opção que apresenta o texto mais adequado para o lide de um relise do Ministério Público Federal.**

- a) O Ministério Público Federal (MPF) na Paraíba ajuizou ação civil pública para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em conjunto com sete municípios, providencie iluminação pública em diversos trechos das rodovias BR 101 e BR 230, que cortam o Estado. Os trechos, com riscos de acidentes e vulneráveis à ação de vândalos e de assaltantes, foram apontados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).
- b) Na Paraíba, o Ministério Público Federal (MPF) quer que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e os municípios de Sobrado, Caldas Brandão, Jacaraú, Conde, Alhandra, Caaporã e Mamanguape providenciem iluminação pública em diversos trechos das rodovias BR 101 e BR 230, que cortam o Estado. Para isso, ajuizou ação civil pública. Os trechos, com riscos de acidentes e vulneráveis à ação de vândalos e de assaltantes, foram apontados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).
- c) Para garantir iluminação pública em diversos trechos das rodovias BR 101 e BR 230, que cortam a Paraíba, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e mais sete municípios paraibanos sejam obrigados pela Justiça a proceder com as obras. Os trechos, com riscos de acidentes e vulneráveis à ação de vândalos e de assaltantes, foram apontados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).
- d) Diversos trechos das BR 101 e BR 230, que cortam a Paraíba, com risco de acidentes e vulneráveis à ação de vândalos e de assaltantes, foram apontados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Para resolver o problema, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em conjunto com sete municípios, providencie iluminação pública nos locais indicados.

e) Identificar pontos de risco nas estradas é um dos trabalhos da Polícia Rodoviária Federal. Como resultado dessas análises, na Paraíba, Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e mais sete municípios providenciem iluminação pública em diversos trechos das rodovias BR 101 e BR 230, que cortam o Estado.

**12) Segundo Marques Melo, citado por Felipe Pena (Teoria do Jornalismo, 2005), “A \_\_\_\_ corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e TV. A \_\_\_\_\_ é o relato integral de um fato que eclodiu no organismo social. A \_\_\_\_\_ é um relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social.**

**Considerando a técnica de redação jornalística, o autor se refere, respectivamente, a:**

- a) Nota, Relise, Notícia
- b) Passagem, Matéria, Relise
- c) Teaser, Passagem, Matéria
- d) Nota, Notícia e Reportagem
- e) Teaser, Reportagem e Cobertura

**13) Assinale a opção mais adequada para um título de relise do MPF/SE, a ser publicado no site da instituição e divulgado para os veículos de comunicação.**

- a) Fraude na Prefeitura: oito pessoas são denunciadas pelo MPF em Cachoeiro do Itapemirim (ES)
- b) Na terra de Roberto Carlos (Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo), oito pessoas foram denunciadas pelo MPF por fraudes
- c) Fraude em licitações na prefeitura resulta em oito denúncias do MPF contra pessoas de Cachoeiro do Itapemirim (ES)
- d) Cachoeiro do Itapemirim (ES): oito pessoas denunciadas por fraudes em licitações da Prefeitura
- e) MPF denuncia oito pessoas por fraudes em licitações da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim (ES)

**14) Analise os enunciados:**

- I) Planejamento de uma edição ou parte da edição (nas redações estruturadas por editoriais - de cidade, política, economia etc.), com a listagem dos fatos a serem cobertos no noticiário e dos assuntos a serem abordados em reportagens, além de eventuais indicações logísticas e técnicas: ângulo de interesse, dimensão pretendida da matéria, recursos disponíveis para o trabalho, sugestão de fontes etc.
- II) Conversa de duração variável com personagem notável ou portador de conhecimentos ou informações de interesse para o público.

**As definições de Nilson Lage (2006) se referem, respectivamente, a:**

- a) Revista e Notícia
- b) Pauta e Entrevista
- c) Pauta e ping-pong
- d) Plano de Comunicação e Entrevista
- e) Projeto de Comunicação e Fonte Primária

**15) Um candidato sofre grave agressão física durante ato de campanha e a mídia impressa, escrita e digital dá ampla cobertura ao assunto. Você, na fila do banco, no transporte público e no cafezinho com seus colegas de trabalho ouve comentários sobre o tema. Outras agressões a políticos, de menor gravidade, começam a aparecer em veículos de comunicação de alcance local e nacional. No seu almoço de família, as agressões viram tema principal da conversa, como uma grave ameaça ao processo democrático e as implicações da violência nas Eleições são detalhadamente analisadas. Por um período, onde quer que você ande, só se fala sobre isso.**

**Sob a ótica da Teoria da Comunicação, a dispersão da notícia e seus efeitos descritos acima pode ser descrita pela:**

- a) Teoria Hipodérmica
- b) Hipótese da Agenda Setting
- c) Modelo de Persuasão
- d) Teoria Funcionalista
- e) Teoria Culturoológica

**16) Observe as características do seguinte texto:**

Faz sentido evocar também o calote de 2001? Até poucos meses atrás, não fazia. Nem acho que faça

hoje, mas o Financial Times desta quarta-feira (12) lembra que há dois déficits gêmeos: o orçamentário (3,9% do PIB) e o da conta corrente (que mede todas as transações com o exterior e é recorde, 4,8% do PIB).

Conclui afirmando que crescem as suspeitas de que a Argentina tenha que declarar outro calote, "apesar de um socorro do FMI de US\$ 50 bilhões (R\$ 206 bilhões)".

Aliás, socorro do FMI é ver outra vaca: vem sempre atado a programas de austeridade que inevitavelmente puxam para baixo o crescimento econômico e, em consequência, elevam desemprego e pobreza.

**Este texto foi publicado do Jornal Folha de São Paulo, de 13 de setembro, e foi assinado por um jornalista. Pelas características do material em destaque e sob a ótica das técnicas de redação jornalística, é correto afirmar ele foi extraído de um (a):**

- a) Crítica
- b) Crônica
- c) Editorial
- d) Coluna
- e) Comentário

**17) “Se constitui numa ferramenta de gestão da informação e dos conhecimentos organizacionais. Oferece uma plataforma para disponibilização de base de dados, de informações de todos os quadrantes, de forma organizada e monitorada. Além disso, os empregados passam a dispor de um poderoso meio de comunicação. A distribuição de notícias e fatos relevantes torna-se instantânea e mais eficiente. A participação pode ser incentivada e a vida organizacional facilitada. Isso além da conveniência do contracheque, autorizações de viagens e férias *on line*”. (Roberto de Camargo Penteado Filho, 2010)**

**Marque a alternativa sobre a qual a afirmação se refere.**

- a) Relise
- b) *House Organ*
- c) Boletim
- d) Intranet
- e) Jornal Mural

**18)** Página do site da empresa ou instituição desenvolvida especificamente para repórteres e editores, onde estão reunidas informações como notícias, avisos de pauta, agenda de eventos, informações sobre produtos e serviços, banco de imagens, lista de contatos da assessoria de comunicação, entre outras. (Adaptado de Roberto de Camargo Penteado Filho, 2010)

**O texto apresenta a definição do seguinte produto de comunicação:**

- a) Press-kit
- b) Sala de Imprensa
- c) Boletim digitam
- d) *House Organ*
- e) Jornal Mural

---

**19)** Em tempos de *fake news* e *fact checking*, o apego à técnica apurada e zelo pela ética profissional são grande aliados do Jornalismo. Sob o viés da técnica e da ética, classifique as proposições abaixo em verdadeiras ou falsas, de acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aprovado e editado pela Federação Nacional dos Jornalistas (2007).

É dever do Jornalista:

I – decidir, caso a caso, se deve ou não informar à sociedade nas ocasiões em que suas matérias tiverem caráter publicitário ou decorrerem de patrocínios ou promoções;

II – rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade, sempre informando ao público o eventual uso de recursos de fotomontagem, edição de imagem, reconstituição de áudio ou quaisquer outras manipulações;

III – promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável;

IV – defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito;

**A ordem correta da classificação das proposições é:**

- a) V, F, V, V
- b) F, V, F, F
- c) V, F, F, V
- d) F, V, V, V
- e) V, F, V, F

**20) A respeito do texto para jornalístico para rádios é correto afirmar:**

- a) O gerundismo traz ritmo ao texto e pode ser usado em matérias mais leves
- b) A linguagem coloquial, que gera proximidade com o ouvinte, deve ser priorizada
- c) Um bom texto de radiojornalismo serve para o telejornalismo, e vice-versa
- d) Para enfatizar certos conceitos e garantir a compreensão do ouvinte, a redundância é um recurso sempre válido
- e) No texto de para o rádio, uma maneira de garantir coerência e coesão é transpor a linguagem escrita de forma simples e direta, sem alterações.

## PROVA SUBJETIVA

Com base nas informações apresentadas abaixo, redija um relise. Elabore um título para seu texto e, se achar conveniente, um subtítulo.

Para fins de redação, considere a informação de que a recomendação abaixo foi enviada a todos os veículos de comunicação do estado do Mato Grosso.

A avaliação da prova subjetiva levará em consideração correção gramatical, coesão e coerência do texto, adequação ao tema proposto, adequação às técnicas de redação jornalística.

O texto deve ser entregue, sem rasuras e com letra legível, na folha de resposta da prova subjetiva. O candidato pode utilizar a folha de rascunho anexada à prova.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM  
MATO GROSSO  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL  
RECOMENDAÇÃO Nº 004/2018 – PRE/MT**

A PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio de sua Procuradora Regional Eleitoral, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal de 1988, no artigo 77 da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, bem como à luz do artigo 24, inciso VIII, c/c artigo 27, § 3º, ambos do Código Eleitoral, resolve expedir a presente RECOMENDAÇÃO nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 36, da Lei n. 9.504/97, proíbe qualquer propaganda eleitoral antes de 16 de agosto do ano da eleição, prevendo multa de R\$ 5.000,00 a R\$ 25.000,00 para o seu descumprimento;

CONSIDERANDO que tal limite cronológico previsto pela legislação brasileira visa garantir que os pré-candidatos detenham um mesmo prazo para realizar as atividades de captação de voto, além de visar a mitigação dos efeitos da assimetria dos recursos econômicos na viabilidade das campanhas,

combatendo a influência do poder econômico sobre o resultado dos pleitos;

CONSIDERANDO que constitui propaganda eleitoral antecipada não só o pedido direto de votos, mas também a proscrição de expressões semanticamente similares ao pedido explícito do voto, porquanto certamente compreendidas pela norma, independentemente da forma utilizada ou da existência de dispêndio de recursos;

CONSIDERANDO que o art. 36-A permite a livre manifestação do pensamento, ainda que consista em divulgação de pré-candidatura, em exaltação das qualidades pessoais e profissionais do pré-candidato e em menção às ações empreendidas pelo pré-candidato e aos seus projetos e programas a implantar caso eleito;

CONSIDERANDO que o mesmo art. 36-A, quando combinado com o art. 22- A, da mesma lei, pressupõe que a divulgação daquelas informações se dê no contexto do desejável debate político, sem implicar ônus para o partido, para o pré-candidato ou para o próprio veículo de comunicação, já que a lei só permite a arrecadação e o gasto de campanha após o registro da candidatura, a obtenção do CNPJ, a abertura da conta bancária e a emissão de recibo eleitoral, o que se dará somente a partir de 16 de agosto do presente ano;

CONSIDERANDO, portanto, que qualquer matéria onerosa/paga, especialmente anúncio que não se revele como mera opinião do editor, do apresentador, do comentarista, do entrevistado, etc., em favor de pré-candidatos ou partidos/coligações, especialmente quando reiterada, divulgada por longo período e com grande alcance poderá implicar em infração à lei;

CONSIDERANDO que a radiodifusão – como concessão pública – tem vedação expressa ao tratamento privilegiado a candidatos e partidos, devendo, inclusive, conferir isonomia de oportunidades em programas e entrevistas com estes, do que se conclui não estar a emissora autorizada, mesmo que disfarçadamente, a fazer típica propaganda eleitoral (diferente de emitir a tão só opinião favorável ou contrária), ao ponto de promover-lhes a candidatura, porque tal conduta abusiva pode assumir gravidade suficiente a afetar a normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que o art. 36-A, da mesma Lei n. 9.504/97, enumera taxativamente situações que

não caracterizam propaganda antecipada (entrevistas, debates e encontros no rádio e na TV, desde que dado tratamento isonômico a todos os pré-candidatos, e debate político que expresse tão somente a opinião), pelo que continua sendo proibida a propaganda eleitoral no rádio e na TV, fora do horário eleitoral gratuito a ser distribuído pela Justiça Eleitoral oportunamente;

CONSIDERANDO que a suspensão de eficácia de parte do art. 45, III, da Lei n. 9.504/97, pelo STF, não autoriza as emissoras de rádio e TV, na sua programação normal e noticiários, a emitir opinião favorável ou contrária a candidatos ao ponto de promover-lhes a candidatura, porque tal conduta abusiva assumiria gravidade suficiente a afetar a normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que a liberdade de imprensa, como garantia constitucional, sofre limitações decorrentes do princípio também constitucional da igualdade de oportunidades no processo eleitoral, de forma que é vedado às emissoras de rádio e TV assumir a propaganda eleitoral de partidos e candidatos;

CONSIDERANDO que a Procuradoria Regional Eleitoral, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, prefere atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa a evitar o cometimento do ilícito e a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura;

Recomenda ao(à) Sr(a). Diretor(a)-Geral desta Rádio, Televisão ou Jornal:

1) que, na sua programação normal ou noticiários, se abstenha da divulgação de qualquer propaganda eleitoral de pré ou possíveis candidatos ou partidos políticos, assim compreendidas não só as propagandas com pedidos de “vote em mim”, mas também aquelas em que haja a proscricção de expressões semanticamente similares;

2) que, na sua programação normal ou noticiários, se limite a noticiar eventuais pré-candidaturas e a fazer referência a qualidades ou defeitos pessoais e/ou profissionais dos concorrentes e às ações por eles empreendidas e a empreender, sem extrapolar o

limite da garantia constitucional de liberdade de imprensa e fazer típica propaganda eleitoral, que pode caracterizar abuso de poder, ferindo o princípio da isonomia no processo eleitoral;

3) que os programas e entrevistas com pré ou candidatos e partidos observem rigorosamente o tratamento isonômico, desde o convite dirigido a todos, até a formatação, a duração e o conteúdo do programa ou entrevista;

4) que todos os seus locutores, apresentadores e comentaristas sejam cientificados a também adotarem tais cautelas;

Lembra, por oportuno, que a inobservância das mencionadas vedações sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, à pena pecuniária de R\$ 5.000,00 a R\$ 25.000,00 (art. 36, § 3º, da Lei n. 9.504/97), à inelegibilidade do agente/pessoa física do abuso e à cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado (arts 1º, I, “d”, e 22, XIV, da LC n. 64/90).

Solicita, devolver à Procuradoria Regional Eleitoral, em cinco (05) dias, cópia desta recomendação com o “ciente” de todos os seus apresentadores ou comentaristas de programa ou noticiário.

Cuiabá, 05 de julho de 2018.

CRISTINA NASCIMENTO DE MELO  
Procuradora Regional Eleitoral